

---

---

# REDES DE RELAÇÕES LOCAL: UM PODEROSO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO- ECONÔMICO EM ESPAÇOS PERIFÉRICOS

---

---

Alcimar das Chagas Ribeiro (UENF)  
José Arica (UENF)

## RESUMO

Este trabalho analisa os principais pilares das teorias neoclássica e endógena do crescimento econômico no pós guerra e verifica sua validade para explicar a realidade econômica em espaços de perfil periférico. Complementarmente, o trabalho procede um estudo empírico sobre a região do Estado do Rio de Janeiro-RJ., e analisa os mesmos indicadores sob o foco dos fundamentos teóricos dessas teorias. Conclusivamente, o trabalho constrói proposições de ajustes aos pontos de incompatibilidade, entre os modelos analisados e a realidade observada, identificando o processo de redes de cooperação inter-agentes e o processo de gestão baseado em cadeias produtivas, como instrumentos que podem potencializar os fundamentos provocadores do desenvolvimento econômico com inclusão para esses espaços econômicos. O escopo desta análise se restringe estritamente ao setor agropecuário.

## 1- INTRODUÇÃO

### 1.1 A CRIAÇÃO DE VALOR NA ERA DO CONHECIMENTO

A recente transformação, que ainda não se esgotou, altera o contexto tradicional e define que as atividades centrais de criação de riqueza não serão mais nem a alocação de capital para usos produtivos nem a mão-de-obra, os dois pólos da teoria econômica dos séculos 19 e 20, *hoje o valor é criado pela produtividade e pela Inovação, que são aplicações do conhecimento ao trabalho* Drucker (2000), ou seja, a produtividade caracterizada pela aplicação do conhecimento à tarefas já conhecidas, enquanto que a inovação caracteriza-se pela aplicação do conhecimento nas tarefas novas e diferentes.

Estas conclusões surgem na esteira do resgate do debate sobre crescimento econômico que após alguns anos no ostracismo, teve os seus alicerces novamente reerguidos na década de 50 por Robert Solow e Trevor Swuan (Gazeta Mercantil, 1996), cujos modelos consistem na visão de que o mercado é perfeito e que a cada ingresso de nova fatia de capital, dada uma

oferta fixa de mão-de-obra, produz-se um retorno ligeiramente menor que o anterior. Esta idéia ficou caracterizada como lei dos retornos decrescente e a teoria como Neoclássica.

Entretanto somente na década de oitenta Paul Romer (1986), ao ampliar o conceito de capital, considerando o conhecimento e a especialização incorporados na força de trabalho, pode demonstrar que os rendimentos decrescentes poderiam ser substituídos por rendimentos crescentes, endoneizando o processo de produção.

Esta nova dinâmica caracteriza o escopo da economia moderna onde o termo competitividade passa a representar um fator chave para o desenvolvimento auto sustentado tanto das empresas, quanto das cidades e nações. Esta realidade, pautada por novos paradigmas, tem se estruturada à luz da evolução de um processo real e imutável de globalização.

## 1.2 - JUSTIFICATIVAS E MOTIVAÇÕES

As desigualdades sócio-econômicas observadas nas regiões periféricas vem se constituindo em um fator de substancial preocupação, em função do elevado contingente de pessoas excluídas do sistema, cuja evolução acontece em uma escala ascensional. Segundo a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), em estudo realizado em nove países latino-americanos, a taxa média de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil que era de 7% caiu para 1,3% entre 1980 e 1992 e se manteve em apenas 2% de 1991 a 1997., *Jornal dos economistas* (1999),

Concomitantemente o Departamento de Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud), concluiu que 20% dos mais ricos do planeta detêm 86% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, enquanto os mais pobres participam com apenas 1%.

O Brasil tinha 54 milhões de pobres em 1997, o equivalente a 34% dos habitantes do país, ou seja, quase a população da Itália. Desse montante, 24 milhões viviam abaixo da linha de indigência (consumo de alimento menor do que a quantidade mínima definido pela Organização Mundial de Saúde), enquanto que 10% dos mais ricos da população ficavam com quase a metade de tudo o que é produzido no país (*Exame*, 1999).

Como pode-se verificar os indicadores acima indicam o alto grau de exclusão social, especialmente nos países em questão. Por outro lado, diversas correntes do pensamento econômico reconhecem o crescente processo de globalização das economias nacionais e consideram que o avanço da pobreza, nesses países, constitui o grande complicador deste início de milênio.

Assim, pode-se concluir que é crucial, tanto entender como funcionam as estruturas sócio-econômicas dos países com esse perfil, quanto formular novos pilares que considerem as reais diferenças econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, tão caracterizadas regionalmente.

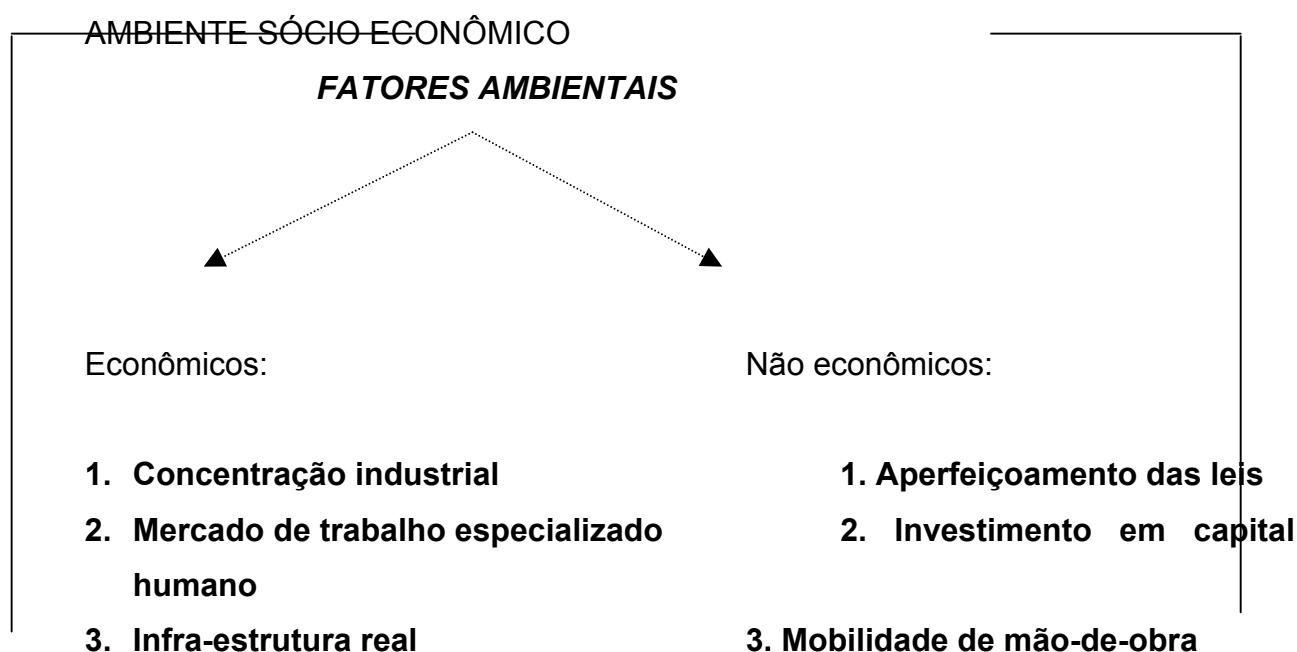
### 1.3 UMA HIPÓTESE CENTRAL SOBRE O PERFIL DE REGIÕES PERIFÉRICAS

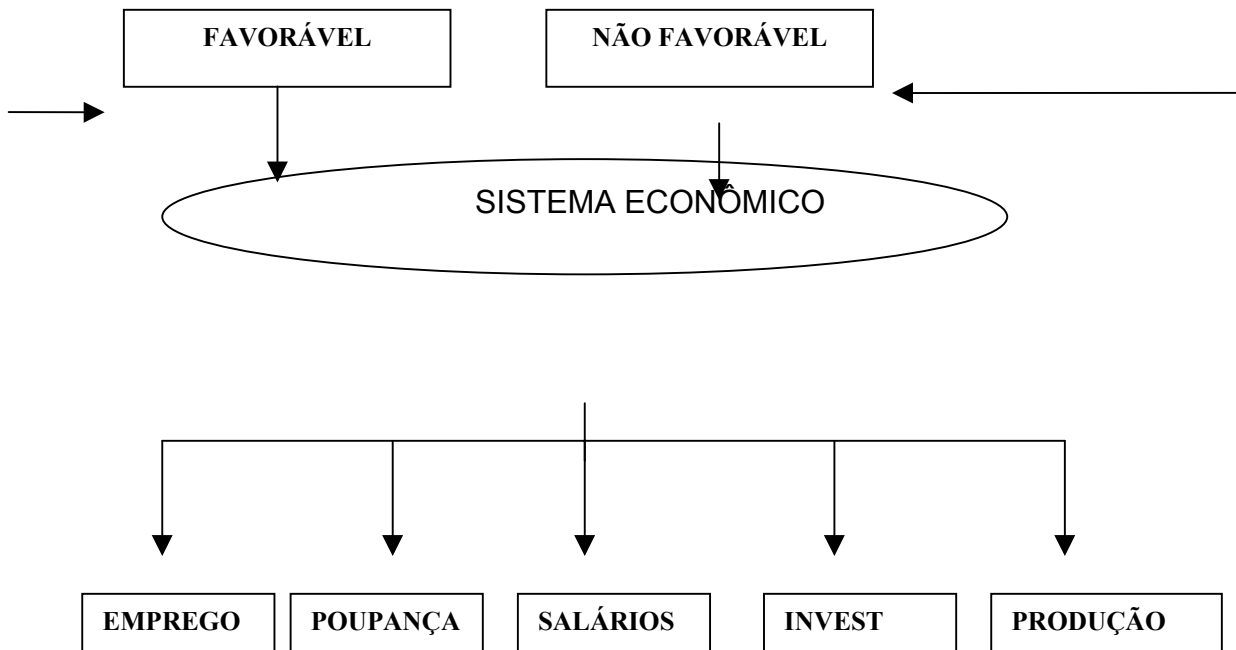
Regiões de perfil periférico, normalmente, apresentam características semelhantes no que diz respeito às suas estruturas produtivas e, fundamentalmente, em relação às estratégias utilizadas para o processo de crescimento econômico. Observam-se nestes casos, a ausência de preocupação com planejamentos de longo prazo e, claramente, a priorização exacerbada de ações de curto prazo. Outrossim, inexistem uma cultura técnica e normalmente persiste um alto grau de concentração no processo democrático. Estes fatos definem a atual condição de ausência de competitividade nessas regiões, o que contribuiu para a ampliação da distância entre regiões ricas e pobres, com reflexo no aprofundamento da pobreza.

Com o objetivo de entender o funcionamento de um ambiente sócio-econômico capaz de permitir o desenvolvimento regional sustentável, é importante refletir sobre alguns postulados inerentes às teorias neoclássica e evolucionárias do desenvolvimento econômico.

## 2- UMA REVISÃO DOS POSTULADOS NEOCLÁSSICOS E ENDÓGENOS

No pós-guerra, as atenções voltaram-se para a identificação de fórmulas mais eficientes para diminuir a pobreza, as desigualdades entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. A economia Keynesiana de curto prazo já esboçava sinais de enfraquecimento, o que possibilitou o surgimento dos modelos neoclássicos, voltados para explicar o processo de crescimento econômico. Os economistas de orientação neoclássica apresentavam uma visão otimista sobre o processo de produção. Segundo esses economistas, o crescimento econômico se caracterizava por um processo gradual, cuja origem estaria nos mecanismos automáticos do mercado perfeito. Essa visão entendia que os salários e os preços eram flexíveis e as remunerações dos fatores distribuídas equitativamente, segundo a produtividade marginal de cada agente, Solow (1956). A figura 1 a seguir, esquematiza o modelo. **(o ambiente sócio econômico é exógeno)**





Como pode-se verificar a preposição principal da teoria neoclássica consiste no fato de que a taxa de crescimento depende da taxa de mudança tecnológica, considerada como uma variável exógena. O modelo considera ainda, que a produtividade do trabalho e do capital aumenta com a adição de maiores conhecimentos, melhor educação e saúde dos trabalhadores e uso de processos e máquinas mais eficientes. Desta forma, a conclusão é de que, no longo prazo, existe convergência de taxa de crescimento e níveis de renda per capita entre todos os países.

Contudo, após três décadas, ressurgiu o interesse pelo tema - crescimento econômico – depois de uma real constatação empírica do elevado estágio de desigualdade entre os países pobres e ricos. A nova teoria como elemento ativo do processo de crescimento, afirma que o progresso técnico exerce efeitos expansivos sobre o produto ao elevar a produtividade dos fatores e ao retransmitir esses efeitos entre as unidades produtivas.

O primeiro estágio da teoria do crescimento endógeno tem sua origem principalmente em trabalhos de Paul Romer que amplia o conceito de capital, incluindo o capital humano (conhecimento e especialização incorporada na força de trabalho), com objetivo de anular a lei dos rendimentos decrescentes. Sendo assim o modelo incorpora uma visão de longo prazo em que a taxa comum de crescimento do estoque de capital e do consumo per capita aumenta com o esforço produtivo do resultado de “learning by doing”.

A função de produção do modelo endógeno, nesse primeiro estágio, apresenta rendimentos crescentes a escala, ou seja, para dobrar a produção necessita-se duplicar os

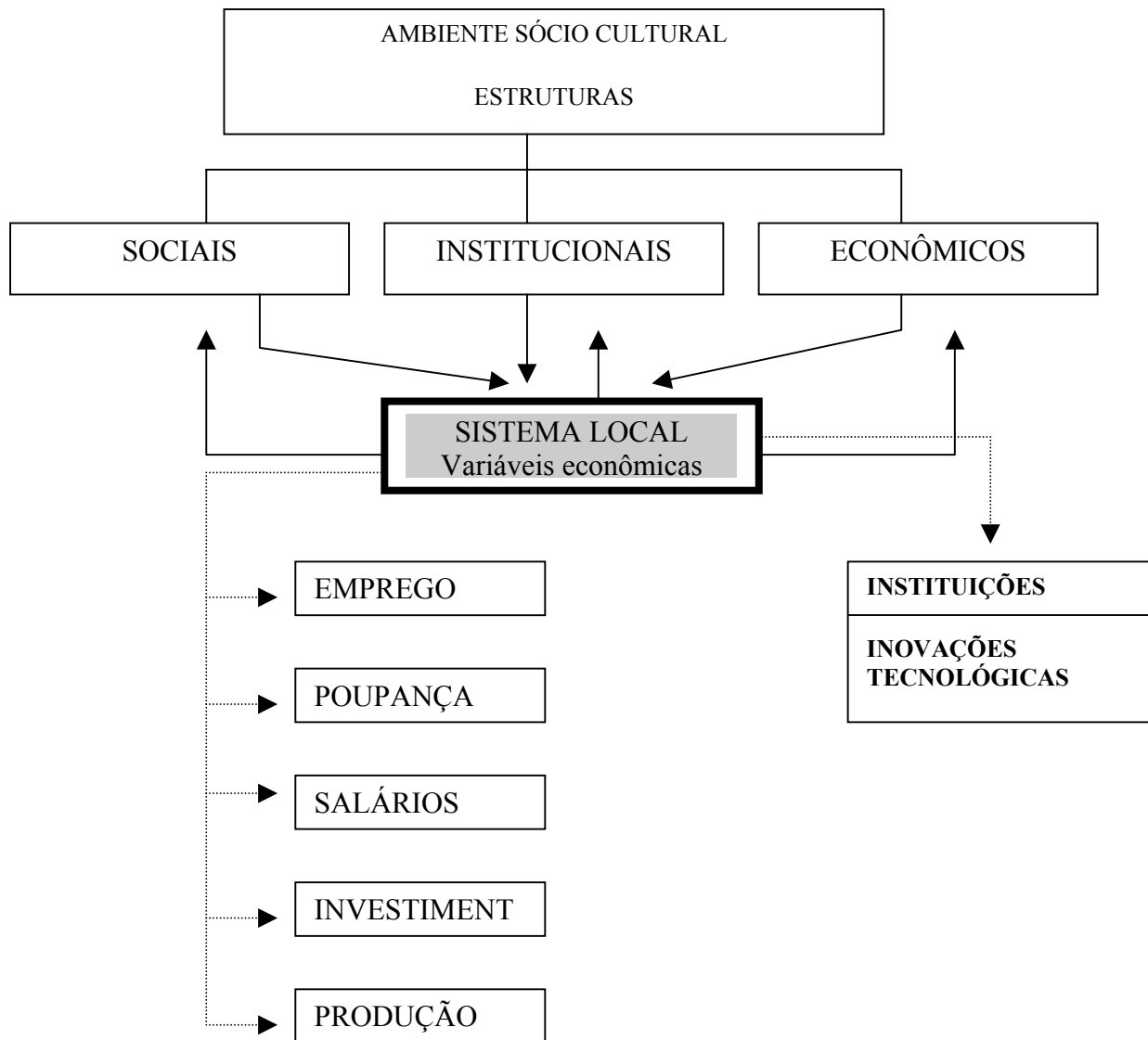
insumos. A tecnologia continua, conforme na teoria neoclássica básica, como uma variável temporal e determinada independente das variáveis do modelo.

Entretanto, logo a seguir, esta hipótese foi abandonada permitindo a incorporação da tecnologia ao modelo como uma variável endógena, dependente da aplicação de trabalho, capital físico e capital humano. Assim, estava decretado o segundo e atual estágio da nova teoria do crescimento econômico, que passou a considerar os gastos em pesquisa e desenvolvimento realizado pelas firmas como elementos da função de produção.

Neste estágio, a produtividade dos fatores de produção geram rendimentos crescente a escala e os investimentos beneficiam direta e indiretamente as outras empresas. Complementarmente a sociedade precisa investir em saúde, educação geral e treinamento específico dos trabalhadores, bem como na produção de novos conhecimentos técnicos, além do capital físico. Os novos conhecimentos então produzem externalidades positivas que são apropriadas pelos agentes produtivos, elevando o nível da produção agregada.

A neutralização dos rendimentos decrescentes são determinados pelos investimentos na ciência básica e aplicada, na descoberta de novos produtos e processos de trabalho, bem como em educação e saúde da população. Em todas as teorias não se observa uma discussão mais profunda sobre o papel do governo. O vínculo entre a política e o crescimento é tênue e indireto.

Paralelamente as pesquisas originárias do crescimento endógeno desenvolvidas por economistas da corrente ortodoxa, surge uma nova corrente que resgata os fundamentos da teoria schumpeteriana. Os neo schumperianos, especialmente Nelson & Winter, constituem então a nova teoria evolucionária do pensamento econômico. Esta se fundamenta pela aplicação da teoria da evolução da espécie, segundo a qual o meio sócio econômico cultural exerce uma influência direta sobre os indivíduos e as instituições. O organismo econômico e social mais bem adaptado ao meio tem melhores condições de sobrevivência e de transmissão de suas mutações. Assim, a teoria se explica pelo instinto de sobrevivência para ampliar seus espaços e pelas forças motivadoras das adaptações e do crescimento que pode ser autônomo ou induzido. O quadro a seguir sintetiza melhor o modelo endógeno.



\* o ambiente sócio cultural é endógeno

### 3- UMA VERIFICAÇÃO EMPÍRICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-RJ

Uma verificação empírica mais cuidadosa do espaço econômico, constituído pelo Estado do Rio de Janeiro, leva à indicações de que estas teorias de crescimento não explicam o subdesenvolvimento instalado no setor agrícola regional. Num outro ponto de vista poderia se afirmar que o espaço econômico verificado não responde aos postulados dos modelos analisados.

Os indicadores sobre educação, gastos governamentais, produção, etc. são dispostos a seguir, ratificando as afirmações anteriores:

	Estado		Região Norte		Região Noroeste	
	1988	1999	1988	1999	1988	1999
Estabelecimentos	<b>10.582</b>	<b>15.692</b>	<b>938</b>	<b>1.333</b>	<b>855</b>	<b>848</b>
Pessoal docente	<b>159.828</b>	<b>190.600</b>	<b>8.101</b>	<b>12.377</b>	<b>4.732</b>	<b>5.820</b>
Matrículas iniciais	<b>2774.165</b>	<b>3763.858</b>	<b>136.162</b>	<b>226.464</b>	<b>58.742</b>	<b>85.534</b>

**Quadro 1- estabelecimentos, pessoal docente e matrículas iniciais (fonte – CIDE, 2000)**

Ano	Ciência e tecnologia	Agricultura
<b>1994</b>	<b>1.192.607,00</b>	<b>9.106.619,00</b>
<b>1995</b>	<b>508.000,00</b>	<b>14.244.000,00</b>
<b>1996</b>	<b>480.704.000,00</b>	<b>71.589.000,00</b>
<b>1997</b>	<b>43.838.000,00</b>	<b>70.648.000,00</b>
<b>1998</b>	<b>504.771.000,00</b>	<b>78.774.000,00</b>
<b>1999</b>	<b>510.483.000,00</b>	<b>67.899.000,00</b>

**Quadro 2- gastos governamentais em ciências e tecnologia e agricultura - valores nominais (CIDE, 2000)**

Alguns indicadores para o setor agropecuário no Rio de Janeiro

	1992	1998	1999
<b>Produção colhida (t)</b>	<b>10.247.852,0</b>	<b>7.658.191,0</b>	<b>7.682.149,2</b>
<b>Área colhida (há)</b>	<b>338.922,0</b>	<b>254.107,4</b>	<b>256.068,2</b>
<b>Produtividade (kg/há)</b>	<b>30.236,6</b>	<b>30.137,7</b>	<b>30.004,4</b>

**Quadro 3- produção, área e produtividade - fonte (CIDE, 2000)**

## Variação percentual Real do PIB

	1995	1996	1997	1998
<b>Agropecuária</b>	<b>-0,08</b>	<b>-3,12</b>	<b>-3,37</b>	<b>-3,58</b>
<b>PIB total</b>	<b>5,08</b>	<b>7,17</b>	<b>1,71</b>	<b>2,78</b>

**Quadro 4 – variação percentual real do PIB – fonte (CIDE, 2000)****4- ANÁLISE E PROPOSIÇÕES PARA AJUSTES SEGUNDO A REALIDADE**

O crescimento demográfico como variável exógena, segundo a teoria neoclássica, determinaria o crescimento econômico mesmo na ausência de inovação tecnológica. Conforme pode-se observar na análise empírica para o Estado do Rio de Janeiro, o setor agropecuária, no período 95/98, apresenta variações percentuais reais negativas no PIB, refletindo um quadro de subdesenvolvimento. Isso implica dizer que o fluxo de riqueza gerado não atende as demandas de necessidades da população.

Segundo o modelo, a produtividade do trabalho e do capital aumenta com adição de maiores conhecimentos, melhor educação e saúde dos trabalhadores e uso de processos e máquinas mais eficientes. Mais uma vez, observa-se que não se verificou a ocorrência dessa afirmativa. O número de estabelecimentos escolares de 88/99 subiu 48,29% no Estado, 42,11% na região norte fluminense e caiu 0,82% no noroeste fluminense, enquanto número de pessoal docente no mesmo período aumentou 19,25% no Estado, 52,78% na região norte fluminense e 22,99% no noroeste fluminense. O número de matrículas no mesmo período também cresceu 35,67% no Estado, 66,32% no norte fluminense e 45,61% no noroeste. A evolução deste processo educacional entretanto parece não ter contribuído para o crescimento agropecuário do Estado e das regiões citadas, já que a mesma está no mínimo estagnada. Deve-se considerar ainda, que foi contabilizado um acréscimo importante no item máquinas mais eficiente. O estoque de tratores no período de 70/96 subiu 120,67%.

O modelo de crescimento endógeno no seu primeiro estágio amplia o conceito de capital incluindo o capital humano para anular a lei dos rendimentos decrescentes. O modelo considera que haverá rendimentos crescente a escala. O progresso técnico exerce efeitos expansivos sobre o produto ao elevar a produtividade dos fatores ao retransmitir esses efeitos entre unidades produtivas. Mais uma vez pode-se observar que o aumento de estoque de máquinas e equipamentos, assim como o seu uso e aprendizado não foi suficiente para eliminar os rendimentos decrescentes do setor agropecuário nesta região.

No segundo estágio do modelo endógeno a tecnologia é endógena e depende da aplicação de trabalho, capital físico e humano. Este estágio mais avançado também não explica o subdesenvolvimento, já que os esforços voltados para impulsionar estas economias periféricas, afetam muito pouco o setor econômico real. Conforme pode-se verificar os gastos em ciência e tecnologia no Estado em 1999 comparado a 1994, representaram um acréscimo de 42.703%. No mesmo período os gastos em agricultura representaram um crescimento de 645%, sem que tivessem qualquer impacto sobre o produto agropecuário.



Outros indicadores ratificam a tese de que a disposição de elementos, na forma exógena, voltada para o crescimento econômico agropecuário tais como; (financiamentos, programas de capacitação tecnológica, sistema de incubadora de empresas, programa de consultoria técnica etc.) são importantes mas, por si só, não são suficientes para construir o processo de crescimento econômico. É importante a criação de uma condição que integre os fatores constitutivos da oferta de recursos disponíveis a uma demanda pelos mesmos recursos. Se por exemplo, conforme aconteceu em 2000, são disponibilizados, aproximadamente, 4 bilhões de reais para o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar e só são utilizados mais um bilhão e meio, existe claramente entraves que precisam ser eliminados.

#### 4.1 ALGUMAS PROPOSIÇÕES CONTRIBUTIVAS PARA AJUSTE SEGUNDO A REALIDADE COMPATÍVEL AOS ESPAÇOS ECONÔMICOS PERIFÉRICOS

As teorias neoclássica e endógena tratam a questão do crescimento no contexto da nação, não levando em consideração a condição de heterogeneidade entre países, regiões e organizações. O tratamento do desenvolvimento econômico no contexto local, com base nos sistemas industriais integrados do norte da Itália, regiões da Alemanha e França, pode responder melhor ao planejamento de uma estrutura industrial nessas regiões.

A taxa de crescimento como dependência da taxa de mudança tecnológica, tanto na visão exógena quanto endógena, no sentido individual, pressupõe um ambiente sócio cultural favorável composto por fatores econômicos (concentração industrial, mercado de trabalho especializado, infra estrutura real) e não econômicos (leis aperfeiçoadas, investimento em capital humano, mobilidade de mão-de-obra) além de grandes empresas operando no processo de produção em massa. Contrariamente, nos espaços econômicos periféricos inexistem um ambiente sócio cultural nas condições concebida por estas teorias. A proposição de ajuste estaria na construção de uma rede flexível de cooperação solidária intra-atores, no formato das utilizadas na região de Emilia Romana-Itália, de forma a possibilitar a permitir maior competitividade ao ambiente mesoeconômico.

Os parâmetros de perfeita flexibilidade de preços de fatores e salários, mercados concorrenciais, perfeita informação e capital maleável, considerados na teoria neoclássica não existem nos espaços econômicos periféricos. Ao contrário, o que predomina é um processo de concorrência imperfeita pela ação dos oligopólios, além imperfeita informação e dificuldade na contratação de capital compatível a taxa de retorno dos investimentos. Na verdade existe uma forte incidência de pequenas empresas que operam isoladamente e não costumam dispor de competências básicas gerências, financeiras e tecnológicas. A proposição de ajuste fundamenta-se na construção da rede flexível que poderá permitir o importante binômio concorrência –cooperação.

A concepção de que a produtividade do trabalho e do capital aumenta com a adição de maiores conhecimento, melhor educação e saúde dos trabalhadores e uso de processos e máquinas mais eficientes não é tão mecanicista como na teoria neoclássica. Uma proposição é de que a produtividade surgirá no contexto de planejamento e organização dos sistemas produtivos na forma de cadeias produtivas, nos moldes dos sistemas de produção integrados da Itália e da Alemanha.

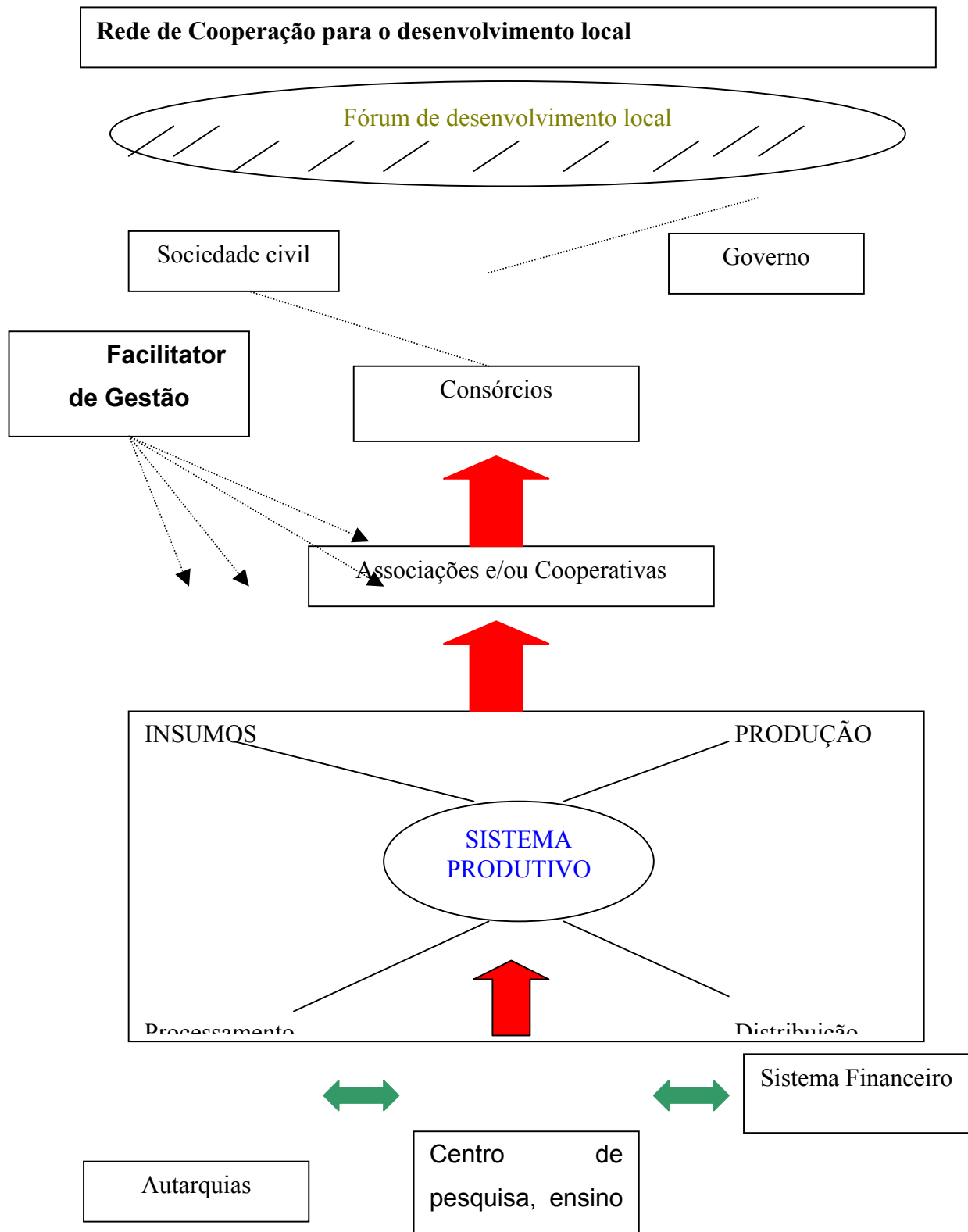
As considerações da teoria endógena de que a produtividade dos fatores de produção gera rendimentos crescentes, e os investimentos beneficiam, direta e indiretamente, as outras empresas, só poderão validar-se-á em ambientes periféricos em função do esforço de cooperação entre os organismos no contexto local. Desta forma, este trabalho estabelece uma estratégia para o desenvolvimento local, cujas bases estão estruturadas da seguinte forma:

- na construção de uma rede flexível de cooperação intra-atores, de forma a permitir maior competitividade ao ambiente mesoeconômico.
- na organização dos sistemas de produção em cadeias produtivas, integrando os elos a montante e jusante para o aumento de produtividade no sistema.

#### 4.2 MODELO DE REDE DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O postulado básico na criação desta rede consiste na nova vertente do desenvolvimento econômico dirigida para o âmbito local. Considera-se nesta análise que a visão tradicional da destruição criativa de Schumpeter deve ser substituída pela necessidade de se estruturar redes de cooperação, de sorte que o sucesso de um ator econômico não represente o aniquilamento do outro. Neste novo contexto, as regiões enquadradas no perfil periférico podem mudar de vida, quando enquadradas na derivação deste mesmo modelo endógeno de concepção local e associativista. A visão concernente passa por um esforço de organização produtiva em rede de cooperação e a constituição de novos empreendimentos, com vista a obtenção das competências necessárias à competitividade local.

Como proposta de sistematização do ambiente sócio-econômico para aumento da competitividade local, dispõe-se a seguir um formato de rede flexível de cooperação baseada nas experiências de sucesso mundial da região de Emília Romana na Itália.



O modelo de rede de cooperação, proposto neste trabalho, representa uma estratégia voltada para o desenvolvimento sustentável em espaço mesoregional. Após a identificação das reais potencialidades em espaços delineados, o modelo prevê a necessidade de um esforço

importante, no que diz respeito, a sensibilização dos atores sociais, especialmente os que exercem sua atividades diretas ao sistema produtivo. Este esforço representa um pacote de ações que possibilita disponibilizar informações sobre as oportunidades potenciais, recursos disponíveis, experiências positivas em outras regiões e, fundamentalmente, sobre o estágio de desenvolvimento concreto que esses espaços podem alcançar.

Todavia, esta rede de cooperação reconhece a importância estratégica de se estabelecer um ator principal como coordenador deste processo. Neste caso é crucial a identificação de algumas condições a respeito desse ator que, além de um profundo conhecimento sobre a realidade da região, deve apresentar as seguintes características:

(i) independência política, (ii) credibilidade perante a opinião pública, (iii) reconhecida capacidade técnico científica, (iii) efetivo compromisso com o desenvolvimento regional

A primeira grande fase deste processo consiste no esforço de sensibilização dos atores locais em direção a necessidade de cooperação. A segunda etapa consiste na indução a organização de um consórcio denominado “*Consórcio de Valorização do Setor agropecuário da região norte fluminense*”, que terá como objetivo principal agregar valor ao setor, através da mobilização de cooperativas e outras organizações, com vista a formalizar normas disciplinares que possam reger o funcionamento de um novo modelo organizacional, além de especificações sobre desenvolvimentos de novos processos, produtos e especificações técnicas, tais como:

a) normas disciplinares sobre o processo de produção agrícola; b) normas disciplinares de seleção e conservação; c) normas disciplinares de processamento e embalagem; d) normas disciplinares de transporte; e) normas disciplinares sobre os aspectos nutricionais e padrões de higiene, etc.

O Consórcio deve-se caracterizar numa entidade privada, cujas decisões devem atender aos interesses dos atores sem distinção, descartando, desta forma, o atendimento de interesses pessoas isolados. A sua manutenção financeira virá da estrutura pactuada entre organizações representativas do setor produtivo privado e sociedade civil organizada. Entretanto, dado a abrangências dos benefícios comuns é pertinente que tal custo seja partilhado com os governos municipais, já que os mesmos tem um grande interesse no desenvolvimento regional, dado que a elevação da função de produção, por conta das transformações no setor, implicará em um maior nível de produto, emprego, renda, tributo, investimento e, conseqüentemente, redução dos problemas sociais.

A constituição e o financiamento do consórcio valorização do setor agropecuário na região representa uma estratégia de fundamental importância em função de ações planejadas que este organismo poderá desenvolver no sentido de garantir as seguintes questões:

(i) Origem e tradição do setor, (ii) planejamento do desenvolvimento sustentado, (iii) acompanhamento das características qualitativas e a expansão do seu mercado.

A evolução deste processo permitirá a organização de outros consórcios segundo as necessidades de se implementar estratégias voltadas para: (i) desenvolvimento de produto, (ii) valorização de marcas, (iii) ingresso no mercado externo, etc. Na verdade um consórcio representa a imagem virtual de uma grande empresa composta por habilidades competitivas.

Complementar ao processo organizacional do ambiente mesoeconômico, o modelo considera a existência de um órgão de gestão econômica e empresarial agindo como elo facilitador na formação de competências do setor produtivo, de forma a fomentar a necessária produtividade dos atores econômicos.

A organização de gestão econômica e empresarial representa uma estrutura técnica móvel, dotado de diversas capacitações, que influirá no cumprimento dos estágios obrigatórios da cadeia de valor, nos quais os segmentos do setor terão que passar. Na verdade esta estrutura funcionará como um agente facilitador da competitividade local, atuando nas funções chaves da cadeia de valor, tais como identificadas abaixo:

- **Pesquisa e desenvolvimento** (atualização setorial, desenvolvimento de produto, tecnologia de processo)
- **Logística de aquisição** (compras consorciadas, estocagem de materiais e transporte)
- **Produção** (produção, administração de custos e flexibilidade, logística de produção)
- **Tecnologia de gestão** (administração de recursos humanos, qualidade, planejamento, gestão financeira)
- **Logística de distribuição** (estocagem de produtos, transporte de produtos, redes de distribuição)
- **Marketing** (atualização setorial, marca, vendas, atendimento a cliente, assistência pós venda)

Este ator, efetivamente, terá a missão de facilitar o cumprimento das etapas associadas a cadeia de valor, estabelecida horizontalmente ao longo da estrutura do setor produtivo, que por sua vez, se organiza em cadeias produtivas. Este ator constitui-se por uma estrutura altamente técnica e, sobretudo, móvel em função diversidade de ações multi-disciplinar inerentes ao próprio contexto.

É importante salientar que diversas dificuldades estão intrínsecas a este processo. A organização sócio-econômica em redes de cooperação, como fundamento do desenvolvimento endógeno depende, fundamentalmente, da organização de diversos grupos de indivíduos. Neste caso é evidente uma grande problemática, já que na região constata-se uma cultura ao individualismo e a descrença institucional. Por mais que se organizem, localmente, associações diversas e conselhos municipais (segundo o IBGE, 99% dos município brasileiros tem conselhos funcionando), a constatação é que muitas dessas organizações não detêm a independência necessária, o que contribui para a manutenção da pratica de concentração do poder nas mãos do governo local. Esta situação é negativa e mantém a região sob o foco do subdesenvolvimento já que, normalmente, o poder institucional não dispõe das competências necessárias que, conseqüentemente, estão de alguma forma disponível nos setores não institucionais localmente.

### 4.3 ESTRUTURAÇÃO DA CADEIA DE PRODUÇÃO DO SETOR AGROINDUSTRIAL

A visão estrutural da cadeia de produção para o setor agropecuário representa uma adaptação da metodologia de aglomeração de Porter (1999), cujos pilares responsáveis pela indução ao aumento da produtividade do sistema produtivo são os seguintes:

- 1- Consideração de uma concentração de produtores, de características semelhantes, como ponto de partida, para a posterior análise à montante e à jusante da cadeia vertical de organizações inter-relacionadas;
- 2- Isolamento dos agentes domésticos na composição da cadeia, a partir da utilização da teoria de sistema
1. Identificação das forças institucionais que compõem o ambiente e o próprio sistema para apoiar na elaboração de um amplo programa de indução à substituição do modelo corrente de comercialização do produto fresco, por um novo modelo de processamento industrial com a incorporação de tecnologia;
2. Análise dos elos externos da cadeia produtiva, aqui considerados como as relações de dependência externa (fora do sistema), objetivando a indução de investimentos pulverizados em novos negócios no âmbito do sistema;
3. Finalmente, o gerenciamento do sistema através do conceito de **cadeia de valor compartilhada**, em que os pequenos negócios criados, possam ser orientados sobre como ganhar competitividade à luz de um sistema de cunho altamente concorrencial e ao mesmo tempo cooperativo. Este gerenciamento completa o modelo através de uma visão horizontal, que cruza a estrutura vertical de cadeia produtiva, permitindo integrar as atividades, desenvolvendo-as com eficácia.

Como exemplo de organização produtiva no formato de cadeia, apresenta-se o caso do segmento pesqueiro representado como um segmento do setor agropecuário.

**Ambiente institucional**

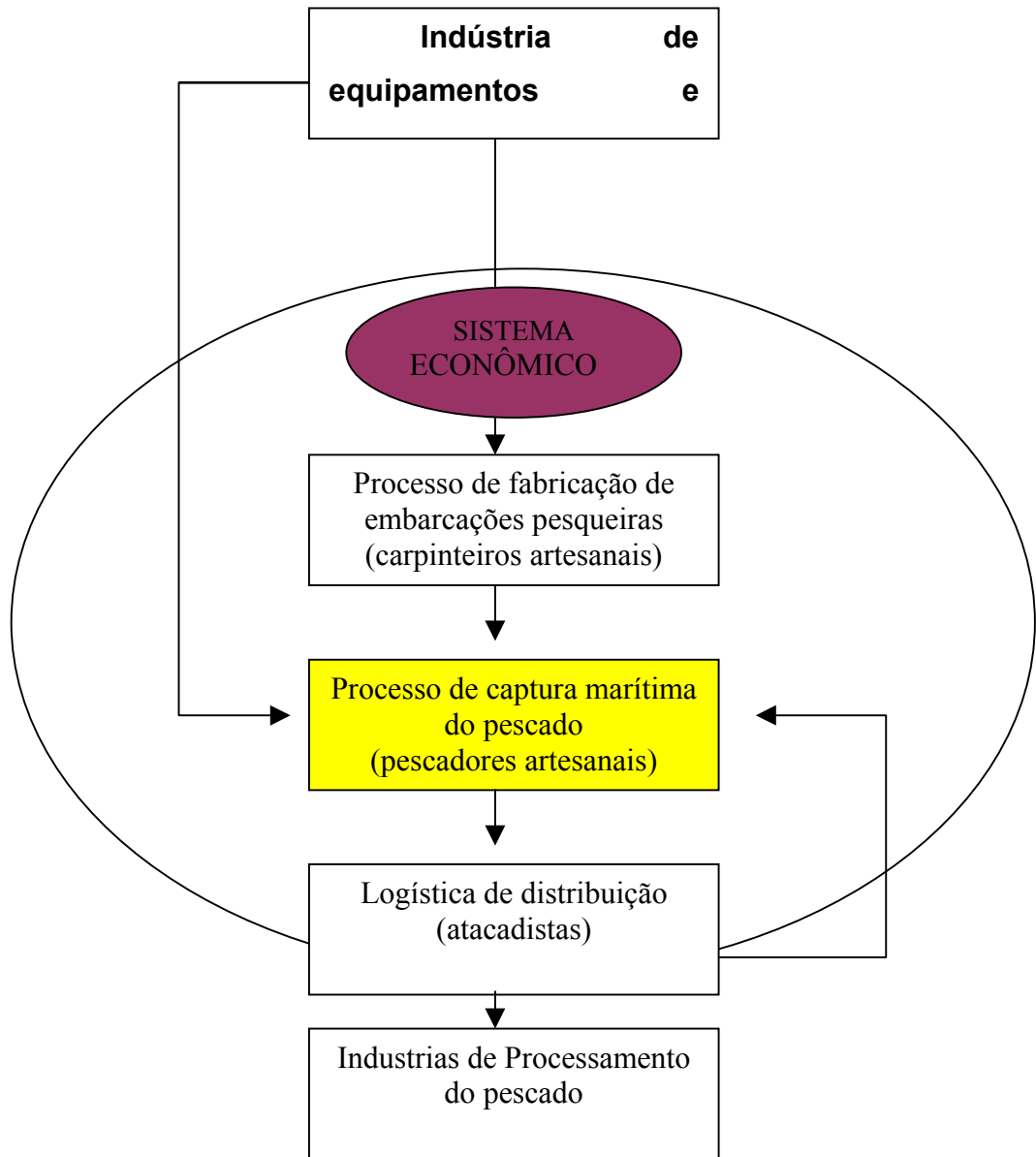
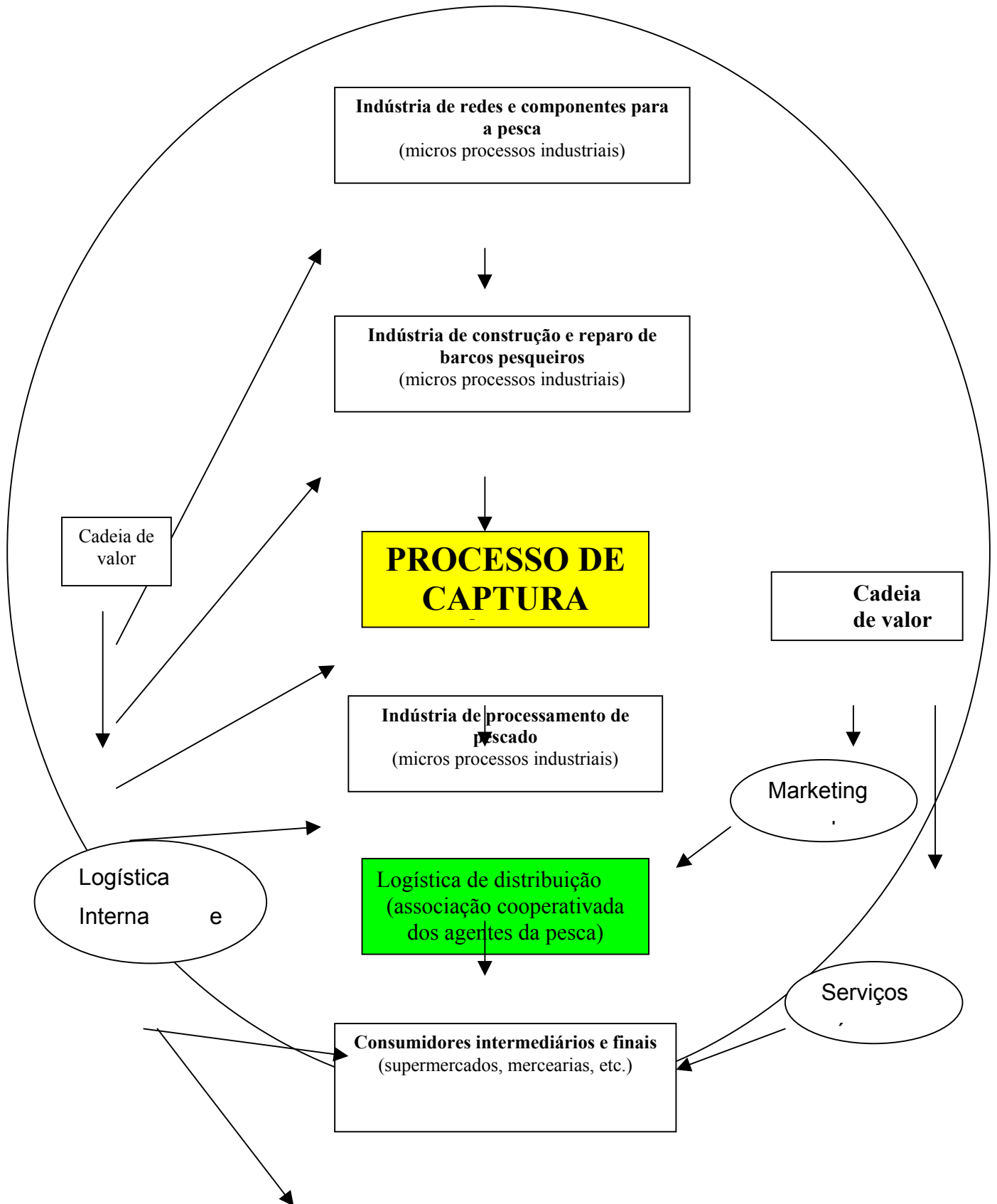


Figura 2- Cadeia produtiva do pescado proposta  
Ambiente Institucional







**Industria de redes e componentes para  
a pesca**  
(micros processos industriais)

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As proposições de ajustes as teorias neoclássica e endógena podem contribuir para a construção dos fundamentos detonadores do desenvolvimento econômico em espaços econômicos de perfil periférico. Entretanto, há de se considerar a inexistência de uma cultura pró associativismo na região analisada e, portanto, torna-se fundamentalmente importante um forte trabalho no sentido da sensibilização dos agentes locais. O sucesso na articulação da rede vai depender dos estímulos em direção a um fator agregador que deve ser identificado e trabalhado.

## 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASAROTTO, F. e PIRES, L. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento Local** – São Paulo – Atlas, 1998.

CIDE, **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro** (1999/2000).

DOSI, G. & FREEMAN, C.: The Diversity of Development Patterns: on the processes of catching-up, forging ahead, and falling behind. Varena, Congresso da “International Economic Association”, 1-3 de outubro (1992).

DRUKER, P.: E assim começa o milênio... **HSM Management**. Edição Especial março – abril 2000.

JORNAL DOS ECONOMISTA, CORECON –RJ – SINDECON –RJ – IERJ. Nº 125 – setembro 1999.

JORNAL GAZETA MERCANTIL, (The Economist) “A pobreza das Nações”: 31 de maio de 1996.

PORTER, M. **Competição** – Estratégias Competitivas Essenciais: Editora Campus – RJ-1999.

REVISTA EXAME: reportagem de capa, A pobreza do debate. Outubro de 1999, pp. 136/146.

ROMER, P. M.: "Increasing returns and long-run growth". Journal of Political Economy, v. 94, n. 5., 1986.

SCHUMPETER, A. J.: “The Theory of Economic Development” (An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest and the Business Cycle). Ed. Harvard University (USA), 1934.

SOLOW, R. "A contribution to the theory of economic growth". The Quarterly Journal of Economics, p. 65-94., 1956.